

4.

*“É uma história como tantas outras de Institutos da Igreja.*

*História de entusiasmos iniciais, de crises, de abandonos, de visões diferentes, de heroísmos secretos, de sacrifícios, de oração para conhecer a vontade de Deus, entendê-la e vivê-la bem; de grande fé, ou de ouca fé, e também de egoísmos”*

**E. Franceschini** – Exercícios espirituais,  
Erba, 10 de agosto de 1970.

## O PONTO DE PARTIDA

Tudo remonta à idéia central, animadora, amadurecida pelo Padre Agostino Gemelli. Tinha em mente a fundação de uma Universidade Católica, sonho dos católicos italianos, para sair, finalmente, daquela inferioridade cultural, causada pelo Non expedit da Igreja.

O “não se pode” da Igreja agiu fortemente e, de fato, separou grande parte dos católicos da vida política.

O que o Pe. Gemelli considerava indispensável, para tornar forte e estável a Universidade, era uma instituição espiritual da qual fizessem parte pessoas de todos os níveis (professores, assistentes, funcionários, administradores, propagandistas, porteiros) que sustentassem e ajudassem de todos os modos a sua vida e o seu funcionamento.

Pensou na possibilidade de uma consagração a Deus e ao apostolado, consagração leiga no mundo, com votos pronunciados em segredo, como leigos.

O problema de partida foi que tal consagração não era considerada possível, na época não era nem mesmo pensável enquanto forma de vida não juridicamente e canonicamente prevista pela legislação eclesiástica.

Iniciou, todavia, com o Instituto das “Missionárias da Realeza de Cristo”, que surgiu dentro da Terceira Ordem como “um ramo da grande e fecunda árvore franciscana”.

As Primeiras doze “Terceárias Franciscanas do Reino Social do Sagrado Coração” se consagraram ao Senhor, no coreto de Santa Clara, na Igreja de São Damião em Assis, no dia 19 de novembro de 1919. Antes, portanto, da fundação da Universidade Católica do Sagrado Coração que foi em 1921. Estas Missionárias da primeira hora, contribuíram de modo importante, com seu testemunho de vida consagrada no mundo, para o reconhecimento oficial da Igreja a esta especial vocação.

Visto que o princípio basilar era certo e motivado, convicto de que o caminho era bom, Padre Gemelli pensou nos homens. Após uma longa preparação no Apostólico Instituto de Castelnuovo Fogliani (Piacenza), de 19 a 20 de agosto de 1928, reuniram-se pela primeira vez os primeiros onze jovens para um curso de Exercícios espirituais. Eram somente onze, a maioria destinados a se tornarem professores universitários: a escolha foi realizada de forma muito prudente. O próprio Pe. Gemelli pregou os Exercícios, enfatizando a novidade, o espírito e a finalidade de uma consagração leiga para o apostolado missionário no mundo.

Ao término do curso, no dia 20 de agosto de 1928, festa de S. Bernardo, foi fundando o “Pio Sodalício dos Missionários da Realeza de Cristo”.

O Pio Sodalício, mesmo que motivado sobre um ponto basilar dos leigos no mundo, consagrados a Deus era, segundo o Direito canônico, uma pia associação, não sendo nem congregação e muito menos uma ordem religiosa. No início, a natureza e os escopos do Sodalício não foram direcionados a preparar leigos consagrados para um apostolado genérico no seio da Igreja, mas sim configurar uma consagração a Deus destinada a promover e a sustentar determinadas obras.

A sua fisionomia foi claramente definida no primeiro “Estatuto do Pio Sodalício dos Missionários da Realeza de Cristo” de 1930-1937. (1)

Foram indicadas, art. 2, formas específicas de apostolado com as quais desenvolverem atividades ao serviço:

1. da Santa Sé e dos Bispos, especialmente para promover a Ação Católica;
2. da Universidade do Sagrado Coração, ou seja, promovendo a sua ação e cooperando com ela;
3. de obras ou iniciativas já promovidas pelo Sodalício como, por exemplo, a Obra da Realeza, ou novas a serem promovidas com o consentimento dos Superiores;
4. de obras ou iniciativas de outros, com a aprovação dos Superiores.

É preciso observar que, segundo o Estatuto, art. 4, em 1928:

O Pio Sodalício consta de dois Grupos de Missionários: um Grupo masculino e um Grupo feminino.

Os dois grupos exercem, cada um por sua conta, uma atividade própria, a qual é coordenada tendo em vista os objetivos comuns.

As normas do Estatuto foram elaboradas para que valessem para leigos no mundo, ou seja, pessoas que, em diferentes circunstâncias de vida, devem viver e trabalhar, operando no mundo sem as ajudas da vida em comum e, portanto, viver como aqueles que ao mundo pertencem.

De fato, os participantes do Sodalício:

Art. 5.3 ...continuam a viver no seio da sua família natural; ...exercem uma profissão ou um trabalho, ...seja para santificar a própria vida com o trabalho, seja para prover ao próprio sustento, seja para ter a possibilidade de desenvolver o apostolado nas várias classes sociais e nos diversos ambientes.

Art. 19 ... não têm vida comum, mas atendem individualmente aos deveres de apostolado... vestem e mantêm um teor de vida material conforme o estado social no qual eles devem desenvolver o seu apostolado.

Não é considerada uma forma de vida fácil e é, por isso, necessário adquirir as virtudes numa vida interior sempre mais intensamente vivida.

Art. 5.1 Cada Missionário deve propor-se tender à perfeição da vida interior e consagrar-se ao apostolado. Para melhor atingir esses escopos, emite o voto de castidade e faz promessa de pobreza, obediência e de apostolado.

A formação de quem faz parte do Sodalício, art. 17, inspirase na espiritualidade franciscana segundo os ensinamentos de S. Francisco de Assis.

Desde o início foram pontuados:

- Os escopos específicos do Sodalício,
- A idéia da consagração a Deus de leigos que vivem no mundo, para promover determinadas obras;
- O caráter de laicidade, condição da própria missão, para operar dentro das realidades dos mais diversos ambientes da sociedade e da vida ordinária das pessoas;
- A laicidade, na religiosidade, que distingue o Sodalício das Congregações dos Religiosos.

Além disso:

- Os Membros, não têm nem convento, nem vida comum, continuam a viver na sua família natural e em seu ambiente social; a sua tarefa não é coletiva, nem reparada pela tutela de uma comunidade, mas apoiada no valor individual;
- Escolhem uma forma de apostolado conforme a sua formação, aptidões e possibilidades.

Nos anos que sucederam a sua fundação, o Sodalício se expandiu rapidamente: os onze de 1928 passaram a dezenove no ano seguinte e a quarenta e dois em 1934, tornaram-se sessenta e cinco em 1938. Eram os anos do entusiasmo e da irrompente personalidade de Pe. Gemelli. Neste primeiro período, quando tudo parecia que ia bem, segundo o entendimento do fundador, em 1937 o Sodalício foi investido por uma tempestade: o "Irmão maior" ( assim se chamava o Presidente), eleito em 27 de março de 1935, saiu e, às escondidas de todos e do próprio Pe. Gemelli, havia se casado. O doloroso desaparecimento foi motivo de legítima perturbação nos Superiores e de uma grande provação para todos. Após este fato, em 19 de junho de 1937, o Pe. Gemelli escreveu a todos os missionários uma longa carta, aflita e duríssima.

Na carta o Padre admitia:

" ... Realmente foi uma grande provação: para medirem a gravidade basta dizer que, por um momento, até eu me questioneei se não havíamos errado o caminho e se não era o caso de voltar atrás".

Logo após ter declarado sua consolação pelos cuidados de todos, dava importantes disposições:

"Antes de tudo, é mister que os Exercícios deste ano tenham, para todos, um especial significado de renovação.... Em segundo lugar, se alguém sente-se fraco na vocação, se razões humanas lhe impediram de tomar uma decisão, se os compromissos do nosso Sodalício lhe parecem muito pesados, abra o seu coração com aquele, dentre os Sacerdotes que nos guiam, com o qual tem maior confiança".

Anunciava também algumas providências:

1. "O Grupo masculino, de agora em diante, será totalmente separado do grupo feminino. Ele terá um nome próprio: "União dos Missionários da Realeza de Cristo". Terá também um estatuto próprio que estamos preparando.
2. A nossa União não está ligada nem à Universidade nem à outras iniciativas nossas, como a Obra da Realeza, nem à Ação Católica. Cada Missionário, é claro, deve trabalhar para cada uma dessas obras, colocando-se à sua disposição. Mas participará delas e será chamado a nelas trabalhar, não como Missionário e sim como um bom empregado, um bom professor, bom presidente, etc.
3. Não podendo, por enquanto, nomear o Irmão Maior, confio este cargo temporário a Luigi [Gedda], porque tendo ele a possibilidade de passar pelas diversas cidades da Italia (2) possa encontrar-vos e falar-vos em meu nome. Isto até os Exercícios... Depois, se procederá à designação do Irmão Maior.
4. Cada um deverá, todos os meses, fazer sozinho ou junto com os outros Missionários, o dia de retiro..."

Finalmente, Pe. Gemelli comunicava a sua decisão de esperar "o dia em que estará maduro" para pedir à Santa Sé a aprovação do "vosso" Sodalício e a "hora de pedir a aprovação do Sodalício feminino.(3)

Com esta carta "podemos dizer que findou o primeiro período da nossa história, aquele que o próprio Padre chamava, frequentemente, de tempo dos docinhos (ou "das balinhas")" (4)

O modo como se apresentava, na conclusão da carta, o Sodalício masculino ("vosso") e o feminino, alterava, por assim dizer, a afirmação do estatuto (art. 4): "O Pio Sodalício consta de dois Grupos Missionários: um Grupo masculino e um Grupo feminino", porque acabava por fazer deles, dois grupos Sodalícios. Isto, de um lado, era coerente com aquilo que pouco antes a mesma carta havia disposto: "O grupo masculino, de agora em diante, será totalmente separado do feminino" mas, de outro lado, ia além (ou antecipava?) as intenções do Padre porque os tempos e os diferentes nomes (União e Pio Sodalício) poderiam ter consequências para a definição da sua identidade ou para a própria existência dos dois ramos, e também para a aprovação deles. Desta possibilidade logo se teve alguns sinais.

À entusiasmada aceitação inicial, vinha-se substituindo uma adesão mais consciente das motivações ideais, uma revisão mais profunda da vocação, uma diferente avaliação dos escopos e das finalidades do Sodalício que se queria maiores, não mais limitados à Universidade Católica. Um dos pontos em discussão era a ligação com as obras próprias, especialmente com a Universidade Católica, onde isto era fonte de sempre maior mal-estar entre deveres do indivíduo, enquanto membro do Sodalício e a autonomia profissional na Universidade. Um outro ponto de controvérsia era a escolha de uma espiritualidade específica como a espiritualidade franciscana.

Para alguns tornou-se uma fonte de incompreensões o rigoroso segredo sobre os nomes dos membros do Sodalício.

Com o aumento de vocações, num clima de entusiasmo sincero, mas acrítico, já se manifestavam as primeiras perplexidades, que agora pareciam quase que estimuladas pelas modificações estatutárias.

No "Estatuto da Pia União dos Missionários da Realeza de Cristo" de 1937, o horizonte do campo de ação se expandiu,

tornouse mais vasto, tão vasto quanto a sociedade, sem uma clara separação das escolhas originais e, todavia, deixando somente preferencial a ligação com a Universidade e a Ação Católica:

Art. 1. A Pia União dos Missionários da Realeza de Cristo é uma união de leigos que, mesmo continuando a viver no seio da sociedade e mesmo continuando a assumir com espírito de apostolado os deveres que a sua condição e a sua atividade social impõem, consagram a sua vida ao serviço de Deus para desenvolver o apostolado no mundo para cooperar com a expansão do reino de Nosso Senhor.

(...)

Art.2. d) exerçam o apostolado no mundo com humildade de coração, com espírito de sacrifício, com intensidade de zêlo e com dedicação incondicionada e generosa à Igreja.

Art. 3. (...) Este apostolado pode ser desenvolvido em qualquer campo, mas, de preferência, seja exercido na Ação Católica, em favor da Universidade Católica, na Escola e nas obras de caridade...". (5)

O Sodalício, mudado o nome para União, parecia ter adquirido maior vigor e segurança; na realidade estavam se consolidando direcionamentos diversos. Em particular, ao redor de Luigi Gedda, confirmado Irmão Maior através da eleição realizada no final dos Exercícios espirituais (Assis, 25 de setembro – 1º de outubro), se recolhiam os devotos a ele que já pensava no seu Sodalício com fisionomia muito diferente, denominado "Operários", que ele considerava compatível com a União.

As profundas divergências na interpretação do ideal se aguçaram em 1938, aproximadamente a dez anos da fundação, enquanto sentia-se uma certa inquietação, como de expectativa, na ausência de certezas. De fato, se defrontam duas mentalidades, mesmo não demonstradas externamente. Padre Gemelli, no fundo,

ainda via o Sodalício nascido para escopos bem precisos; outros, ao invés, o viam como uma consagração de leigos a Deus para o apostolado no mundo, mas sem ligações com obras específicas a se dedicar. Tratava-se de dois entendimentos substancialmente divergentes na interpretação das finalidades de um mesmo ideal.(6)

Finalmente o Padre percebeu a periculosidade do estado das coisas e em 30 de maio de 1938 enviou a todos uma carta longa e duríssima, importante porque historicamente se manifestava nela todo o seu plano, aí era pontuado todo o seu entender ao fundar o Sodalício e fazia o reepílogo dos acontecimentos até aquela data. A carta pode ser considerada importante também por um outro aspecto, talvez menos relevante, mas significativo para entender o tamanho do sofrimento do Pe. Gemelli devido ao processo que estava se desencadeando. Enquanto nome de União, por ele lançado na carta de 19 de junho de 1937, encontrava-se totalmente adotado por todos os Missionários (7), Pe. Gemelli na carta de 3 de maio de 1938

cita sempre e somente o Pio Sodalício: isto revela a sua persistente "saúde" do serviço à Universidade Católica.(8) De fato, a carta repropunha o retorno aos escopos originais:

"Para que possais orientar-vos sobre o que vos direi, é necessário que vos recordeis e pontueis os escopos para os quais, com a ajuda de algumas boas almas, fundei o Pio Sodalício....A partir do momento em que o Pio Sodalício concretizou a sua fisionomia, ficou bem claro ser da vontade de Deus que o apostolado dos leigos, membros do nosso Sodalício, deve ser dirigido a três formas de atividade: à Universidade Católica do Sagrado Coração, à Ação Católica, à Obra da Realeza de Nosso Senhor".

Reprovadas as divergências sobre o caminho a seguir nas finalidades do Sodalício, a carta assim prosseguia:

"Com isto não nego que possa haver outras formas de Sodalícios, com outros escopos... Mas, estas várias formas não seriam o nosso Sodalício, como ele nasceu e como ele se constituiu, como se desenvolveu, com uma finalidade própria, em virtude da qual ele abraça todas as três obras recordadas e as relaciona harmonicamente dirigindo-as para um mesmo fim."

Terminava, convidando a todos a fazerem um sincero exame pessoal:

"Eu, tenho ou não, a vocação para este Sodalício?" ...Quem não sente como supremo ideal o serviço à Universidade Católica, não é feito para nós. Quem não trabalha na Ação Católica ativamente, e se contenta com uma carteira, não é feito para nós. Quem... não trabalha na Obra da Realeza, não é feito para nós. Poderá ser amanhã um bom elemento para outros organismos, mas não é apto para o nosso Sodalício".

Enfim, concluindo, declarava:

"Seria um erro gravíssimo se alguém quisesse permanecer no Sodalício para não provocar-me um sofrimento com a sua saída. Eu não poderia ter sofrimento maior do que a falta de sinceridade, a qual nos faria continuar em uma vida de equívocos e de insatisfação. Eu nutrirei todo o afeto por aqueles que, com lealdade se retirarão e que poderão desenvolver em outro lugar, ou isoladamente, ou em grupos, o seu apostolado. Permanecer sem vocação é tornar-se um elemento de dissolução". (9)

Mas, também esta admoestação, extremamente clara, não surtiu nenhum resultado. Obteve somente a separação de Giuseppe Lazzati, "um dos melhores sodalícios", que dava lugar, no mesmo ano de 1938 a um outro grupo: os "Milites Christi" (atualmente Instituto Secular "Cristo Rei").

A separação não aconteceu por desentendimentos com o Pe. Gemelli e sim devido a uma interpretação diferente das finalidades do Sodalício e por contrastes pessoais com Luigi Gedda, o "Irmão Maior" de então.(10)

À carta de 30 de maio de 1938, seguiram-se ainda tempos de incertezas, caracterizados por uma situação de equívocos e de inquietação até que, em 20 de setembro de 1940, durante os Exercícios espirituais em Monte Alverne, foi eleito o novo "Irmão Maior" Ezio Franceschini.(11)

Logo em seguida, Franceschini quis, pessoalmente, tomar pé da situação e dos motivos que a haviam provocado. Por dois anos, até 1942, Ezio procurou retomar a unidade. Quando viu que era vão todo esforço para eliminar o estado de inquietação e para evitar qualquer comprometimento que levasse à corrupção, decidiu pedir ao Padre Gemelli a única solução possível: dissolver o Sodalício.

Padre Gemelli hesitou por muito tempo. Finalmente se convenceu.

Franceschini lembra como se chegou a esta dolorosa deliberação:

"Reunimo-nos em quatro: Pe. Gemelli, Mons.Olgiatei, a srta Barelli – que em seguida sempre nos ajudou como Irmã verdadeiramente maior – e eu. A Barelli era e permaneceu contrária, absolutamente contrária. Pe. Gemelli e Monsenhor Olgiatei se resignaram à dolorosa deliberação: "consummatum est" (12)

Em 28 de junho de 1942, quatorze anos após a fundação, o Sodalício foi dissolvido. A decisão da dissolução, por mais dolorosa, demonstrou-se claramente inevitável por tudo o que aconteceu naquele período. A dissolução dava a cada um “na máxima liberdade a máxima responsabilidade”, deixando todos livres. Cada um tinha cinco meses para rezar, pensar, meditar, e decidir tomar, após poucos

meses, novamente o compromisso. Isto teria feito somente quem em consciência havia acreditado.

Nos meses de julho e agosto de 1942, Ezio Franceschini foi pessoalmente ao encontro de todos para explicar o que havia acontecido, para colocar com clareza os motivos da crise, as razões que haviam conduzido a tal situação e como ela havia se criado.

Dos primeiros onze de 1928, um só, Giorgio La Pira, permaneceu fiel ao ideal inicial, enquanto todos os outros no momento da dissolução se dispersaram em várias direções. Em setembro de 1942, o grupo maior, ligado a Luigi Gedda e Carlo Carretto, constituiu um sodalício, de fisionomia bem diferente, denominado os “Operários”.(13)

Findo o trabalhoso itinerário e a difícil tarefa, Franceschini percebeu que precisava dar vida a uma nova estrutura e a uma nova fisionomia para o grupo, sobretudo na linha das coisas que foram objeto do precedente contraste por parte daqueles que se separaram e que saíram do Sodalício.

Padre Gemelli entendeu, com dolorosa resignação, que o Sodalício não deveria ter obras próprias e renunciou, sem fadiga, à idéia inicial de uma associação à serviço da Universidade Católica.

Todavia, nos últimos anos de sua vida estava firmemente convicto de que os Institutos seculares não deveriam ter obras próprias.(14)

Em 30 de setembro, Franceschini mandou a todos uma carta, escrita com a participação do Pe. Gemelli, onde foram apresentados os pontos fundamentais do novo Estatuto, de modo que cada um pudesse, em plena consciência e liberdade, decidir e retomar o caminho. O programa era claro nas linhas fundamentais.

Para as festas do S. Natal (ao invés, será para a Imaculada) [o Padre] convocará aqueles que querem dar novamente a sua adesão ao Sodalício, reconstituído fundamentalmente segundo o Estatuto primitivo, que mesmo retomando os pontos essenciais, não é mais o mesmo:

**O Sodalício é uma família de leigos consagrados, na vida de pureza e no espírito de pobreza e obediência, ao apostolado no mundo, permanecendo absolutamente leigos.**

**O Sodalício desenvolve a sua missão:**

**a) dedicando os seus membros ao apostolado no campo da cultura católica e especialmente favorecendo as Universidades católicas;**

**b) colocando os seus membros a serviço de todas aquelas obras novas que a Igreja promove, em particular as três (Universidade Católica, Ação Católica, Obra da Realeza) que a Igreja promove e realiza com a colaboração dos leigos. Mas, sem estarem diretamente ligados a elas;**

**c) com espiritualidade franciscana pois esta interpreta eficazmente a concepção da secularidade;**

**d) na discreção (segredo), como vínculo pessoal com os superiores não externamente manifestado.(15)**

**São princípios claros, mais correspondentes àquela liberdade de ação onde cada um pode sentir-se à vontade, dedicando-se ao apostolado no vasto campo do mundo.**

A resposta deveria ser dada no dia 8 de dezembro de 1942, dia da Imaculada. Na realidade, com antecipação das previsões, naquela data foi possível reconstruir o Sodalício.

O pequeno grupo de 12 (de 54 no momento da dissolução) retomou do início o caminho de modo mais atento, mais prudente, confiando, sobretudo, no Senhor.

Reduzido no número, mas compacto pela unidade de intentos, que estavam se modificando e esclarecendo nas suas linhas essenciais. Nasceu assim aquela que é uma das notas mais belas do

Instituto: a união fraterna de pessoas das mais diferentes formações culturais, de todos os ofícios e profissões.

Na fase crucial de reconstrução, Franceschini que teve, junto ao Pe. Gemelli, uma função de re-fundador, reconhecido por todos na inspiração das idéias, nas orientações de vida espiritual como guia firme e sábio, foi “Irmão Maior” e Presidente do Instituto por trinta anos.

Em 1943 não foi possível fazer os Exercícios espirituais devido aos bombardeios de Milão.

Em 1944, o pequeno rebanho recolheu-se em Pallanza para a elaboração do Estatuto. Padre Stefano Bianchi, com sua preciosa ajuda, teve uma importante parte na redação da assim chamada “Carta de S. Fermo”, pois foi definida no dia 9 de agosto, dia em que se recorda aquele santo.

Nela foram indicados e defendidos três pontos:

- Porque somos leigos, e assim queremos permanecer, o campo da nossa ação não pode ser um eremitério, nem um convento, nem um mosteiro, mas a própria sociedade na qual o Senhor nos fez nascer e na qual nos chamou à uma profissão social, campo e oportunidade melhor para exercer o apostolado, na pureza, em espírito de pobreza e obediência;

- Para uma maior eficácia da nossa obra, que deve se desenvolver num ambiente às vezes difícil e frequentemente inacessível à ação oficial da Igreja, queremos que a nossa consagração seja e permaneça reservada;

- A ação de S. Francisco...que renovou, em longínquos séculos, a sociedade, nos é perene ideal de vida e de espiritualidade franciscana. (16)

Contemporaneamente, em toda parte da Europa surgiam associações de leigos, homens e mulheres, extraindo inspiração nas idéias do Padre Gemelli.

A Igreja estava procurando, sem pressa, pronunciar-se. Aliás, o primeiro pronunciamento foi negativo. A novidade da proposta havia encontrado a oposição imediata e absoluta, sobretudo da parte dos canonistas. De fato, não se sabia conceber que leigos vivendo no mundo e intencionados a permanecer nele, emitissem votos como se fossem religiosos. A este respeito foi iluminadora a resposta que o

cardeal Pietro Gaspari, compilador do Código de direito canônico, havia dado a Ida Barelli quando lhe solicitou ajuda para que fosse aprovado definitivamente o “Pio Sodalício das Missionárias da

Realeza de Cristo”:

“Tudo o que se refere ao sacerdócio depende da Congregação Concistorial; o que se refere aos religiosos e aos estados de perfeição da Congregação dos Religiosos; tudo quanto se refere aos leigos da Congregação do Concílio, a qual não pode aprovar associações cujos membros professam os conselhos evangélicos, ou seja, estão no estado de perfeição. Portanto, se vocês querem ser leigos e ficar com a congregação do Concílio, vocês devem renunciar aos votos; se quiserem os votos, então devem pedir a aprovação à Congregação dos Religiosos, que lhes dará rapidamente”. (17)

À Barelli que protestava a vontade de “permanecerem leigos, serem consagradas a Deus para melhor fazer o apostolado no mundo e terem a aprovação da Igreja” o cardeal disse: “Vocês não conseguirão!”. E rindo, acrescentou: “Quod non est in codice, non est in mundo”.(18)

Um congresso internacional promovido por Padre Gemelli, foi realizado, por conselho de Pio XI, na Suíça, no Palácio diocesano de San Gallo. No dia 20 de maio de 1938, falaram os representantes de vinte grupos de nove países, como o mesmo ideal de consagração a Deus de leigos no mundo, no exercício de sua profissão. Um pedido de reconhecimento dos sodalícios de leigos consagrados para o apostolado, foi assinado por todos os congressistas. Padre Gemelli o apresentou ao Papa, endossado pelo bispo de San Gallo e acompanhado de uma apresentação própria.(19)

Esta documentação passou para a análise da Congregação do Concílio, que infelizmente ainda não havia se pronunciado, quando Pio XI morreu, no dia 10 de fevereiro de 1939.

Para a festa do Sagrado Coração daquele ano, com a colaboração de Giuseppe Dossetti, então assistente voluntário na cadeira de direito canônico da Universidade católica, padre Gemelli reelaborou as suas reflexões sobre o congresso de San Gallo para apresentá-las a Pio XII e à sagrada Congregação do concílio em um longo “Memorial” com o título: “As Associações de leigos consagrados a Deus no mundo”. Memorial este muito importante porque foi a primeira tentativa para encontrar uma sistematização jurídica para as associações de leigos consagrados, já então difundidas em todas as partes da Europa. Em 1949 existiam já 68.

O Memorial que foi enviado pro manuscripto também aos cardeais, foi obrigado a ser retirado do S. Ofício. Padre Gemelli, obedecendo, percebeu que aquilo significava que para a Igreja os tempos ainda não estavam maduros e para mudar o Código, exigia-se um longo e difícil itinerário. Todavia, ele não se resignou. O Memorial, onde, pela primeira vez, apareceu claro o conceito fundamental da consagração a Deus do leigo no mundo, como veremos, contribuirá em seguida para a fundação dos Institutos seculares.

Nesse meio tempo o “fenômeno da consagração dos leigos”, difundia-se sempre mais. Chega assim o momento em que a Igreja percebe que não pode mais ficar só observando. Na verdade a Igreja sempre fez assim: deixa que as obras cresçam sem reconhecê-las e depois, quando estão crescidas, ela intervém.

O Papa Pio XII interrogou os competentes, o primeiro dos quais foi o padre Gemelli, de onde remonta a notável fórmula in saeculo et ex saeculo para indicar os leigos que “vivem no mundo e operam com os meios do mundo” e, tendo encontrado tudo favorável, intervem: a primeira vez em 2 de fevereiro de 1947 com a publicação da Constituição apostólica “Provida Mater Ecclesia”; no ano seguinte, em 12 de março de 1948, com a sua carta motu proprio “Primo Feliciter”.

Com estes dois documentos, a “Igreja, próvida mãe” reconhece com a “plenitude da potestade apostólica”, os Institutos seculares.

Na “Primo feliciter”:

- é definida sua característica própria, (n. 5):

“O que forma o caráter próprio e específico destes Institutos é a secularidade, na qual reside toda a sua razão de ser, esta deve ser colocada sempre em evidência”;

- acentua-se como e onde deve realizar-se o empenho de apostolado, (n.6):

“Toda a vida dos sócios dos Institutos seculares, consagrados a Deus com a profissão da erfeição, deve converter-se em apostolado... Este apostolado, não só deve ser exercido fielmente no mundo, mas, por assim dizer, com os meios do mundo e, portanto, deve servir-se das profissões, dos exercícios, das formas, dos lugares e das circunstâncias que correspondem a esta condição de seculares”;

- é previsto que os Institutos seculares não se fundem com os Institutos religiosos, (n,7):

“não compete aos Institutos seculares aquilo que se refere à disciplina canônica do estado religioso, e em geral não vale nem se pode aplicar a eles a legislação religiosa”.

Com estes dois documentos a Igreja reconhecia juridicamente as novas formas de vida consagrada; ditava normas precisas para aqueles que a partir de então seriam chamados de “Institutos seculares”. Leigos consagrados no mundo, pela primeira vez, reconhecidos oficialmente pela Igreja. E, a Igreja precisará deles. É um sinal dos tempos. O Padre Gemelli e a “Irmã Maior”, Armida Barelli, tiveram a grata surpresa de encontrar, no importante documento “Primo Feliciter”, trechos inteiros daquele “Memorial histórico-jurídico”

elaborado pelo Padre após o congresso de San Gallo, publicado pro manuscripto em 1939 e retirado depois pelo S. Ofício.(20) Padre Gemelli foi denominado, justamente, o “maior pioneiro dos Institutos seculares, um dos padres fundadores”.

## **A REDAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES**

Em 1949 e 1950, durante os exercícios espirituais em Erba, o Instituto estudou e aprofundou os documentos do Magistério e, depois de calorosas discussões, com base nas suas normas, redigiu as primeiras “Constituições do Instituto dos Missionários da Realeza de Nosso Senhor Jesus Cristo”.

As linhas gerais representam fielmente o resultado do empenhativo trabalho de dois anos:

a) castidade: serena, vigilante, mas não mortificante;

b) pobreza: que é sobriedade, mas não avareza;

- c) obediência: que não é submissão, mas adesão alegre e fecunda;
- d) apostolado: realizado no mundo com humildade de coração e espírito de sacrifício;
- e) espiritualidade franciscana: que não é desordem nem anarquia mas, sentido de responsabilidade.

O novo texto foi enviado à Congregação dos Religiosos em 19 de janeiro de 1951 com a “aprovação” do cardeal Alfredo Ildefonso Schuster de 18 de janeiro de 1951.

Em 4 de outubro de 1951, dia de S. Francisco, o Cardeal Schuster, Arcebispo de Milão, assinava o seguinte decreto:

“Com a Constituição “Provida Mater” de 2 de fevereiro de 1947, proveu-se a dar forma jurídica e canônica às Pias uniões, elevando-as à honra de Institutos seculares. Após haver considerado oportunamente todas as coisas, tendo presente a citada Constituição Apostólica “Provida Mater” e a “Lex peculiaris” de 19 de março de 1948; visto o “Nulla Osta” concedido pela S. Congregação dos Religiosos, chegamos à determinação de dar cumprimento ao desejo dos mesmos. Portanto, com o presente Nosso Decreto, erigimos em nossa Diocese, o Instituto Secular dos Missionários da Realeza de Nosso Senhor Jesus Cristo com todas as consequências e os efeitos canônicos previstos pelas citadas Constituições e Leis apostólicas” (Const. p. IV).

O Instituto, mesmo sendo de direito diocesano podia ter, e já havia, adeptos em outras dioceses na Itália e em outros Países.

### **APÓS AS DENOMINAÇÕES DE PIO SODALÍCIO E DE UNIÃO, UMA TERCEIRA DENOMINAÇÃO: INSTITUTO SECULAR**

A partir de 1951, a vida do Instituto caminha nos trilhos estabelecidos por algumas características:

- o Instituto consolida o indivíduo para colocá-lo em condições, no seu campo específico, de agir livre e responsável: “na máxima liberdade e máxima responsabilidade”;
- tende a operar de modo tal a ajudar o indivíduo a ter sempre menos necessidade do Instituto e, de certo modo, de ser ele mesmo o Instituto. A este respeito já se havia usado o exemplo dos paraquedistas preparados para agir isolados em cada setor e em qualquer campo; sozinhos em tomar decisões, sozinhos em assumir responsabilidade.

Gostaríamos de lembrar aqui que no dia 4 de outubro de 1953, na igreja de S. Damiano, em Assis, Padre Gemelli com outros 33 sacerdotes, dá vida ao terceiro INSTITUTO SECULAR, o Sacerdotal que se chamará SACERDOTES MISSIONÁRIOS DA REALEZA.

O Concílio Vaticano II falou indiretamente dos Institutos seculares na Constituição da Igreja “Lumen Gentium”. Neste documento, no n° 31, os Padres do Concílio fazem uma descrição de leigos, tais como são nos Institutos seculares:

“A índole secular caracteriza especialmente os leigos. É porém específico dos leigos, por sua própria vocação, procurar o Reino de Deus exercendo funções temporais e ordenando-as segundo Deus. Vivem no século, isto é, em todos e em cada um dos ofícios e trabalhos do mundo.... La são chamados por Deus para que, exercendo seu próprio ofício guiados pelo espírito evangélico, a modo de fermento, de dentro, contribuam para a santificação do mundo”

Depois da “Lumen gentium”, saiu o decreto da “Vida religiosa” onde tem um parágrafo, o n° 11, muito importante para os Institutos seculares, mesmo se inserido num documento que refere-se aos Institutos religiosos:

“Os Institutos Seculares, embora não sejam institutos religiosos, comportam no entanto verdadeira e completa profissão dos conselhos evangélicos no mundo, reconhecida pela Igreja... Conservem ainda seus institutos a índole secular, que lhes é própria e peculiar, para poderem exercer, com eficiência e por toda a parte no mundo e a partir do mundo, o apostolado para o qual foram criados”

Após o Concílio mudaram muitas coisas na vida da Igreja e na vida dos crentes. Foi uma rajada de vento que entrou e espalancou as janelas fechadas e mudou muitas coisas. Uma atmosfera de novidade que animou o Instituto a rever suas próprias posições. E assim se chegou até 1970.

Em 10 de agosto de 1970, durante os Exercícios espirituais realizados em Erba, Giancarlo Brasca é eleito Presidente do Instituto.

No primeiro Congresso mundial dos Institutos seculares (1970) defende, argumentando com determinação a idéia de uma Conferência mundial dos Institutos Seculares. Como membro da Comissão preparatória, dirigiu-a com equilíbrio, mediou diversas posições, interpretou as diferentes concepções e experiências, contribuindo assim, de modo decisivo para a constituição da C.M.I.S. Foi animador e organizador dos Institutos Seculares do mundo todo.

Em 1972 é eleito primeiro Presidente da Conferência Mundial dos Institutos Seculares (C.M.I.S.). Empenhou-se e preparou a realização da assembléia do novo organismo que se desenvolveu em 1976 sobre o tema: “A oração nos Institutos seculares”. Na mesma Assembléia foi reeleito Presidente para um novo quadriênio, durante o qual recolheu, com zelo, de todo Instituto, as avaliações necessárias afim de elaborar o parecer da C.M.I.S. sobre o esboço preparatório do novo Código de Direito Canônico. Ilustrou o

resultado da consulta no mês de julho de 1978, seis meses antes de sua morte, à Conferência italiana dos Institutos seculares onde, com uma certa surpresa de todos, num inciso do discurso disse “as forças estão acabando”. Giancarlo nos deixou em 24 de janeiro de 1979 (tinha 58 anos).

Giancarlo Brasca viveu com entusiasmo todas as fases do Concílio Vaticano II e, justamente baseado nas disposições e indicações do Concílio, dedicou-se com particular determinação na difícil tarefa de elaboração das novas Constituições.

Um longo trabalho de três anos de animada discussão e intensa participação. Cada ano, durante os Exercícios espirituais, se escreveram as novas Constituições, na estrutura quase que totalmente diferentes da anterior, invariadas porém nos ideais e na fisionomia; cada palavra é medida e cada uma densa de significado nos conteúdos dos deveres e empenhos. Superadas as preocupações iniciais e algumas dificuldades ligadas às tradições intangíveis, o novo texto foi aprovado, finalmente, na assembléia do Instituto no curso de Exercícios espirituais de 1973.

A Congregação para os Religiosos e os Institutos seculares, que acompanhou com particular atenção e cuidado toda a fase

de revisão, aprovou no mesmo ano as novas Constituições, aplicando a fórmula “ad experimentum”.

É nosso dever mencionar aqui a obra desenvolvida pelo Pe.

Mario Albertini, Sub-secretário na Congregação dos Religiosos para a sessão dos Institutos seculares. Em consonância com G. Brasca deu uma importante contribuição para a aprovação das novas Constituições por parte da Congregação.

O período longo, mas precioso, da experimentação, responsabilmente vivido, constituiu-se numa importante contribuição para a aprovação por parte da Igreja.

Considerando que o nosso Instituto era de Direito Diocesano, o Arcebispo de Milão, Cardeal Carlo Maria Martini, as aprovou, com ato formal em 13 de junho de 1980.

Com as novas Constituições, o Instituto definiu as suas características específicas:

- a consagração: realizada na profissão dos conselhos evangélicos vividos no mundo;
- a plena e autêntica secularidade: o Instituto confirma seu querer ser formado por seculares que permanecem no mundo e operam “in saeculo et ex saeculo”, isto é, no mundo com os meios do mundo ao qual se pertence inteiramente. Uma secularidade, portanto, como lugar próprio de responsabilidade cristã;
- a escolha da profissão: com a máxima liberdade na qual o compromisso é de atingir toda a competência possível, segundo a qualidade dos talentos recebidos;
- “o apostolado, alma e escopo da nossa vocação”: o primeiro dever a ser cumprido eficazmente nos vários âmbitos da atividade humana e todas as específicas profissões, no trabalho, na economia, na cultura, na política, no social. Realidade onde se descobre a presença do Senhor no valor de cada pessoa, onde se exercita para as escolhas corajosas dos crentes;
- a pobreza: primeiramente pessoal, isto é, deixada às possibilidades de cada um e à medida da prudência e da generosidade de cada um;
- a pobreza do Instituto: total. Não possui casas de Exercícios nem casas de vida comum, asilos ou escritórios: não possui absolutamente nada;
- a espiritualidade franciscana: permeia todo o complexo das nossas Constituições e dá à nossa vocação uma tonalidade toda especial;

Outras importantes novidades:

- a saída do Instituto do seu isolamento, em uma abertura com os outros Institutos seculares para um fraterno confronto e virtuosa colaboração;
- o Instituto se desenvolve; torna-se internacional estendendo-se a outros países europeus e extra europeus;
- o Instituto é uma comunidade que ajuda o indivíduo a viver e a agir em todos os âmbitos da vida humana. Uma comunidade, em caminho com a Igreja, sinal dos tempos que mudam;
- para facilitar a participação de todos na vida do Instituto, são constituídos os Grupos;
- o Instituto se configura assim, numa verdadeira e própria comunidade formada pelos grupos presentes nas realidades diocesanas com encontros mensais próprios. Os encontros (não mudaram só o nome de retiros) introduziram uma significativa mudança: as jornadas, então organizadas diferentemente, tornaram-se tempo de revisão, de crescimento, de enriquecimento no dar e no receber o carisma;
- os Exercícios espirituais são feitos de tal modo para se sentir comunidade, para troca de experiências, para confrontar-se, para falar;
- após longas reflexões, troca-se a fórmula da profissão: “emito, faço, renovo, o voto...” Com pequenas mudanças, é adotada a fórmula de S. Francisco: “Eu... quero observar o Santo Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo vivendo em castidade, pobreza e obediência, segundo as Constituições...”.

A Igreja aprovou.

As Constituições de 1980 foram depois integradas para adequarem-se ao novo “Código de direito canônico”. As modificações produzidas foram confirmadas pela Assembléia geral do Instituto e aprovadas pelo Cardeal Carlo Maria Martini no dia 16 de setembro de 1989.

O Instituto desenvolveu-se em diversas dioceses da Itália, no Brasil, França, México, Estados Unidos, Togo. A expansão exigia, com urgência sempre crescente, o reconhecimento de Instituto de direito pontifício.

No dia 1º de setembro de 1992, o Arcebispo de Milão, Cardeal C. M. Martini, encaminhou à “Congregação para os Religiosos e os Institutos seculares” o pedido de reconhecimento pontifício para o Instituto, apoiado pelas cartas de testemunhos dos Bispos interessados.

Após este procedimento, passou-se, como previsto, às práticas para a passagem de um Instituto de direito diocesano ao direito pontifício, iniciando-se a revisão das Constituições.

Esta tarefa apresentou-se, de imediato, muito empenhativa e difícil porque as nossas Constituições eram muito diferentes das Constituições dos outros Institutos de direito pontifício reconhecidos.

Durante a primeira fase da análise, foram prospectadas mudanças que teriam produzido uma profunda transformação nas características específicas do nosso Instituto. Diante desta preocupante prospectiva, adotou-se uma espera prudente, mas ao mesmo tempo a decisão de continuar com determinação o confronto com a Congregação, uma escolha que demonstrou-se justa.

Encaminhou-se um trabalho que se desenvolveu, de fato, em estreita colaboração com os responsáveis da Congregação para os Institutos de vida consagrada e, em particular, com Mons. Juan José Doronsoro, Sub-Secretário para os Institutos seculares. Estabeleceu-se com ele uma eficaz colaboração e um clima de fraterna partilha das nossas preocupações. A sua contribuição foi importante. Formulou algumas úteis integrações que permitiram a positiva conclusão do trabalho de renovação das Constituições.

No dia 21 de novembro de 1997 o congresso da Congregação, reconheceu que o Instituto “é merecedor de ser incluído entre os Institutos seculares de direito pontifício”.

Em 8 de dezembro de 1997, a “Congregação, com decreto eleva o Instituto secular dos “Missionários da Realeza de Cristo” ao grau de direito pontifício com todos os direitos e obrigações decorrentes e aprova o texto renovado das Constituições”.

O esperado reconhecimento cumpriu-se no dia significativo da solenidade da Imaculada Conceição, e do 55º ano da reconstrução do Instituto.

Um caminho difícil, perpassado por vários acontecimentos, atingiu uma meta importante, tanto para a história e a vida do Instituto, como pelo fato de ter levado a termo o intenso desejo do Pe. Gemelli, muitas vezes expresso.

“O Padre, como sabeis, talvez por aquelas preocupações que sempre têm os grandes e os pequenos, ansiava pelo dia em que pudéssemos ser muitos, muitos. E disto se lamentava nos Exercícios falando em particular e em público. E, como na Congregação haviam dito que se fosse atingido um certo número haveria o reconhecimento pontifício, ele nos fazia ver aquele número como um ideal distante, ao qual devíamos chegar”. (21) No seu testamento também Pe. Gemelli escreveu como recomendação:

“Aos Missionários devo uma palavra especial. Considerai as graves provações que sofreu o vosso Instituto. Trabalhai para que a Igreja vos premie com o reconhecimento de Direito pontifício ao vosso Instituto”.

**Lorenzo**

## **APÊNDICE**

1

### **Carta de G. Lazzati ao Pe. Gemelli**

Milão, 21 de junho de 1938

Muito Reverendo Padre,

qual seja a minha resposta à sua carta de 30 de junho p.p., penso que não é difícil imaginar depois das afirmações feitas e da discussão que a segui, na última reunião do Conselho. Portanto, com esta, lhe apresento as demissões da Pia União dos Missionários da Realeza de Cristo.

Isto não quer significar traição à quanto, depois da vocação cristã, tenho de mais precioso na minha vida: a minha consagração a Deus para o apostolado. Como devo ao Senhor e ao Mons. Olgiate a minha vocação, não posso, pelo menos nessa hora de vivo sofrimento, deixar de reconhecer e expressar, uma vez mais, a minha gratidão feita de afeto e de uma dedicação que ultrapassa os vínculos que hoje dissolvo, para continuar a servir, se o Senhor achar que pode valer-se da minha pequenez, nos modos que o senhor considerar mais conveniente.

O fato de atingir o prazo final fixado para dar uma resposta, em parte, pode dizer o quanto doloroso me seja decidir escrever aquilo que escrevi. Enquanto eu o faço, um tumulto de pensamentos e de afetos se agitam dentro de mim quase como para fazer algo diferente e, pedir tempo para pensar. Mas, tenho a certeza de agir segundo a consciência e estou tranquilo, quando não considero as coisas à luz dos sentimentos mas na oração diante de Deus.

É diante de Deus que, enquanto renovo a minha promessa de fidelidade à vocação da qual o senhor foi instrumento, deponho a oferta deste meu sofrimento íntimo, no momento da separação daquilo que tomou a minha vida. Peço que coopere a obter da União que tanto amei, que da parte minha permaneceu inferior à Suas expectativas, a mim, maior generosidade na consagração a Deus. Sinal desta me resta o Crucifixo recebido de Suas mãos: queira ainda a caridade das Suas orações pedir para mim uma conformidade sempre maior a Ele para que seja fecunda a minha correspondência ao divino dom.

Com filial afeto peço a paterna benção.

*Em Cristo*

*Seu Giuseppe Lazzati*

2

### **Carta de G. La Pira a E. Franceschini**

S. Francisco 1940

Carissimo Franceschini,

te digo com toda sinceridade que somente agora, que tomaste o leme do nosso sodalício, começo a ver com clareza a “estrutura” não digo da nossa vocação individual, que é bem precisa, mas as “ligações” destas vocações: ligação sui generis não destinada a mortificar e a nivelar, mas a suscitar e potenciar a “livre vocação do amor” que Deus nos deu.

Meu caro irmão, como é doce também esta fadiga de busca que o Senhor colocou no íntimo do nosso coração!...

O que fazer? Os esquemas humanos são todos muito fechados para conter esta vida que ameaça expandir-se, sem regras, por todas as partes.

É o nosso perigo, a nossa fadiga, o nosso drama: porque, por um lado os “canais comuns” são estreitos; por outro é necessário, o quanto possível, canalizar de algum modo a água que a fonte divina origina em nós!

Sim, o Senhor te conceda, nos conceda esta sagrada plenitude misturada de lágrimas e de alegrias: as nossas próprias imperfeições são preciosos testemunhos de um amor total, de um desejo sem divisões, de uma pureza sem sombras...

Assim, alguma coisa faremos: servos inúteis, é verdade: mas também ajudantes de Deus; incidiremos com energia – porque Cristo nos manda – sobre esta “matéria social” o nome salvífico de Jesus!

A linda Nossa Senhora conceda a ti, a mim e a todos, aquela virginal pureza interior que faz elevar os olhos ao céu com desejo incansável: porque só na visão de Deus encontraremos a cada instante renovação e luz.

*Reza vivamente por mim*

*La Pira*

**Note**



1. Consacrati nel mondo. Istituto secular dos Missionários da Realeza de Cristo 1929-1978, com cartas formativas do Padre Gemelli o.f.m., a cura de Ezio Franceschini, Milão, (pro manuscripto), 1979, pp. 81-90.
2. A possibilidade declarada de Pe. Gemelli deriva do fato que Luigi [Gedda] era presidente da GIAC.
3. Para a carta completa, ver: Consacrati... cit, pp. 203-208
4. Ezio Franceschini, Documenti per la storia dell' Istituto, Roma, (pro manuscripto), 1991, p. 165-166.
5. Consagrados...,cit., Estatuto da Pia União dos Missionários da Realeza de Cristo, p. 115-124.
6. Para avaliar este período ver o parecer de E. Franceschini in: Documenti per la storia...cit., pp. 169-179.
7. Para o uso de: União ver, por exemplo, em E. Franceschini, Documenti per la storia...cit., as cartas de Luigi Gedda de 17 de julho e 22 de outubro de 1937 respectivamente, pp 169-170, e de Giuseppe Lazzati de 21 de junho de 1938, em apêndice.
8. Sobre este importante aspecto do pensamento do Pe. Gemelli e sobre as supostas relações entre a Universidade Católica e o nosso Instituto, ver a reflexão de Ezio Franceschini in Documenti per la storia...cit., pp.126-127
9. A carta de 30 de maio de 1938 do Pe. Gemelli está totalmente reproduzida em Consacrati nel mondo, cit., pp. 208-215. Para uma análise mais profunda da mesma, ver E. Franceschini, Documenti per la storia..., cit., pp.172-180.
10. Ver ainda a carta de G. Lazzati de 21 de junho de 1938, aqui em anexo, p. 35. Notícias sobre a mesma carta encontram-se em E. Franceschini, Documenti per la storia... cit., pp. 189-181.
11. Pode-se consultar a respeito E. Franceschini, Documenti per la storia... cit., p.181, última parte.
12. Cfr. E. Franceschini, Documenti per la storia...cit., pp. 150-151.
13. Cfr. E. Franceschini, documenti per la storia...cit., pp. 44-151
14. Ainda, após a chamada da nota 8, cfr. E. Franceschini, Documenti per la storia...cit., p. 127.
15. Cfr. E. Franceschini, Documenti per la storia...cit., pp. 23-24
16. Consacrati...cit., pp. 127-128.
17. O fato remonta à 1932, Cfr. M. Sticco, Una donna fra due secoli, p. 511.
18. M. Sticco, Una donna..., cit., pp. 512. Da frase do cardeal, Franceschini preferiu uma diferente expressão: "Quod non est in codice, non est in Ecclesia". Cfr. Documenti...cit., pp. 92 e 207.
19. M. Sticco, Una donna ...cit., pp. 592.
20. M. Sticco, Una donna...cit., p. 774
21. E. Franceschini, Un pó di esperienza e molto affetto..., Orientamenti di vita spirituale (1940-1965), Roma 2003, p. 18.